

A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais

THE NEW RIGHT-WING IN BRAZIL: CONTEXT AND CONCEPTUAL MATRICES

Vera Alves Cepêda¹

RESUMO

Este artigo pretende tratar do tema da nova direita no Brasil recente. Procura-se identificar os elementos conceituais capazes de definir as fronteiras do campo político da direita no Brasil e no mundo nas últimas décadas. No caso brasileiro o texto trabalha especificamente com o pensamento produzido por intelectuais da nova direita, tomando como base de análise alguns textos selecionados e vinculados também ao tema das fronteiras do novo pensamento de direita e dos principais conceitos mobilizados.

Palavras-chave: Nova direita; intelectuais; pensamento político.

ABSTRACT

This article objective is to deal with the theme of the new right-wing in recent Brazil. It seeks to identify the conceptual elements capable of defining the borders of the right-wing political field in Brazil and the world in the last decades. In the Brazilian case, the text works specifically with the thought produced by intellectuals of the new right-wing, based on selected texts linked to the theme of the new right-wing thinking boundaries and the main mobilized concepts.

Keywords: New rightwing, intellectuals, political thought

¹ Docente e pesquisadora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil. Email: veracepeda@ufscar.br.

Na última década observa-se no cenário político brasileiro e internacional um fenômeno que ficou conhecido como “nova direita”, gerando a movimentação de pesquisadores no esforço de compreenderem esse processo tanto no Brasil como no mundo. Mas uma investigação dessa natureza apresenta, de saída, pelo menos três importantes problemas: o primeiro, sobre as fronteiras ideológicas que delimitariam o campo da direita, estabelecendo as balizas de sua identidade teórica ou programática; o segundo, sobre os limites temporais que permitiriam a adoção do termo nova direita, com características que sustentassem um arranjo distinto daquele concertado em momentos anteriores; o terceiro, originado no reconhecimento de que, embora o momento conservador dos últimos anos seja internacionalmente expressivo, ele varia conforme as configurações nacionais, interagindo com contextos sociais e históricos específicos onde a nova direita assume uma coloração própria - exigindo a investigação dos elementos de identidade geral do campo e, ao mesmo tempo, ajustando-se às trajetórias políticas nacionais específicas. O estudo revela-se então complexo e extenso, correlacionando a dimensão teórica mais fina aos processos históricos e de época, bem como o cruzamento com as características específicas de cada país.

Neste artigo não se pretende cumprir essa hercúlea tarefa, mas, a partir do arrolamento desses desafios, propor um caminho que relate a nova direita no Brasil com o contexto do debate teórico mundial e elementos de sua performance nacional. O caminho proposto trabalha basicamente com um diálogo intertextos, examinando a produção acadêmica que procura dar conta das especificidades do campo direitista e conservador recente (buscando uma espécie de léxico e de gramática política) e, de modo aplicado, analisa como o mapa de temas e argumentos do campo aparecem no *manifesto* publicado por intelectuais em 2012, intitulado *Por que virei à direita: três*

intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo. A escolha por este livro, que agrupa experiências e trajetórias diversas de acadêmicos do Brasil (Luiz Felipe Pondé e Denis Rosenfield) e de Portugal (João Pereira Coutinho), localizado temporalmente no momento anterior da explosão das manifestações de 2013 e na crise dos governos petistas, tem várias razões. Uma delas é a adoção do marco reativo contido já em seu título indicando um movimento de recusa, virada ou guinada. Outra, como já contido no subtítulo, por explicitar os motivos da guinada de atores pertencentes ao campo intelectual - *locus* de disputa política importante em se tratando de lutas ideológicas e, em especial, pela ardorosa crítica que a nova direita brasileira vota a esse ambiente, apontado como aparelhado e manipulado pelas “políticas da fé”. O papel dos intelectuais, como veremos adiante, é destacado pelos ideólogos da nova direita como parte fundamental de uma luta contra-hegemônica de tipo gramsciano, ocorrendo no plano da cultura enquanto campo de disputa de narrativas, formação de mentalidades e influência política concreta.

Por que virei à direita é objeto de reflexão também por sua arquitetura e temas de análise. O texto reúne expoentes qualificados na via acadêmica, todos doutores com atuação profissional, que relatam a trajetória individual pela qual adotaram o conservadorismo (aqui autoproclamado de direita) como sua filiação teórica, política e para alguns existencial. Assim o livro articula-se como uma luta no campo das ideias e é levado a cabo por “homens de ideias” que se juntaram em um projeto editorial motivados a explicar publicamente suas opções e, claro, fornecer aos leitores bases para compreensão daquilo que reconhecem como a boa política da direita (e de qual direita). É nesse sentido que utilizo a análise de *Por que virei à direita* como manifesto, como parte da disputa entre *intelligentsias* sobre a concepção de política e o pensamento de direita brasileiro.

Este artigo está organizado em “caixinhas” temáticas (seções). A primeira trata de uma discussão ampla sobre como podemos afinal definir direita e nova direita, uma vez que para este exame convergem fundamentos do campo da teoria política e resultados das experiências históricas, em geral organizadas no binômio direita-esquerda. Assim, para entender um campo político torna-se necessário configurar o outro, quer como teoria, quer no balanço de experiências históricas concretas. A segunda seção trata mais especificamente da emergência da nova direita no Brasil, em particular de sua configuração ideológica. Na última seção é realizada a análise de *Por que virei à direita*, adotando como método o exame de argumentos que apresentem conexão com elementos apontados ao longo deste artigo.

Direita, extrema direita e conservadorismo: um balanço de momentos, fronteiras e argumentos

Início a análise procurando compreender a heterogênea constelação denominada direita. Teóricos importantes da área da teoria e da filosofia política debruçaram-se sobre a questão da diversidade de correntes que se abrigam nesse campo gravitacional que, como bem salientou Norberto Bobbio, é percebido por uma concepção binária e relacional que opõe como campos políticos antípodas os tipos ideais de direita *versus* esquerda. Em seu texto clássico *Direita e Esquerda - razões e significados de uma distinção política*, publicado originalmente em 1994, Bobbio usa o binarismo com cautela, adotando-a como um ponto de partida ao qual vai adicionando, conforme avanço do procedimento analítico, inúmeras mediações, questões e complicadores até chegar à imagem de um conjunto de eixos ordenados cartesianamente envolvendo variáveis centrais como igualdade/desigualdade/liberdade, hierarquia e participação, ordem e autonomia, que permitem alargar o problema direita-esquerda com

a inclusão de temas como democracia, autoritarismo e totalitarismo nesse quadro. A partir dele também se organizam as tensões entre reforma *versus* revolução, entre a filosofia liberal *versus* as perspectivas orgânico-coletivistas e a via intermediária proposta pelo modelo da social-democracia.

No entanto, debaixo da riqueza de detalhes e possibilidades da arguta proposição de Bobbio subsiste um nível mais basilar que constitui as visões de mundo subjacentes à gravitação dos dois campos, que seriam um outro binarismo axial: a igualdade versus a desigualdade (tema que também ressurgirá adiante neste artigo). Ao final da leitura do texto a impressão que fica é que a direita, onde podem caber e couberam historicamente muitas vertentes políticas particulares, orienta-se pelo reconhecimento da desigualdade como ordem natural e limite de toda ação política. Enquanto a esquerda seria orientada pelo desejo de superar essa ordem e instalar a igualdade, independentemente de ter conseguido esse resultado em algum momento de seu percurso concreto, ou de tê-lo arriscado a partir da escolha infeliz de instrumentos inadequados. Dessa forma, o amplo espectro da direita é realmente amplo, incluindo as variantes de modelos mais radicalizados (nazismo, fascismo), reacionários, autoritários, conservadores até as posições mais progressistas do liberalismo clássico (de tipo humanista). Obviamente há diferenças entre essas variadas correntes, mas, como dito anteriormente, seu leito comum pauta-se na aceitação - ou defesa - da desigualdade de acesso ao poder político e à inclusão como cerne da vida social.

O texto de Bobbio é seminal, escrito no momento de desmoronamento da URSS e na esteira expansionista do neoliberalismo, momento final da onda utópica do socialismo real e atualização das fronteiras entre os campos da direita e da esquerda. No mesmo período outro intelectual, Umberto Eco, procurou analisar o neofascismo, campo radicalizado da direita em ascensão no período

recente, utilizando também uma concepção espacial para identificar essa gramática política: a metáfora da nebulosa, rotacionada em um conjunto de eixos normativos orbitando em torno de temas como tradição, recusa da modernidade, visão dogmática pouco afeita a questionamentos críticos, suspeição quanto à inovação, naturalização das diferenças sociais e econômicas, elitismo e beligerância, entre outros².

Alguns destes elementos lembram a morfologia proposta por Adorno (et al) em *A personalidade autoritária* (1950), texto que contribuiu para compreensão da inclinação dos indivíduos para o projeto autoritário ou da personalidade democrática como duas tendências contrapostas de sociabilidade. Na tese de Adorno et al, desenvolvida posteriormente ao final da II Guerra Mundial para examinar as condições psicossociais da produção do nazismo (e fascismo), surgem com força elementos que mantêm atualidade espantosa em relação ao quadro mundial recente. Nas teses centrais da personalidade autoritária ressalta³ a adesão à moral dominante (convencionalismo e submissão acrítica), a agressividade pautada na recusa do outro e

2 Eco aponta ainda: a mobilização da frustração e da ideia de complô, a positivação da figura heroica, o menoscabo de gênero e a recusa da sexualidade não tradicional, o “populismo qualitativo” e a “novilíngua” (ECO, 1995)

3 A síntese dos nove pontos estruturantes são: 1. *Convencionalismo* - rígida adesão ao convencional, em especial aos ideais de tipo burguês; 2. *Submissão acrítica*: atitude remissiva e acrítica nas relações com autoridade de fundo moral ou liderança (ou ainda Estado); 3. *Agressividade autoritária*: pautada na vigilância do outro, controle, condenação e punição para quem violar as normas convencionais; 4. *Destrução e cinismo*: hostilidade difusa, desprezo por tudo que é humano; 5. *Poder e rudeza*: importância exagerada atribuída às dimensões “dominação-submissão”, “fraco-forte”, identificação com figuras de poder e narrativas de hierarquização como “nação mais forte do mundo, a raça mais pura, a única verdade etc”; 6. *Superstição* (crença mística nos destinos fatais do homem e indivíduo, propensão para raciocinar conforme esquemas pré-elaborados e categorias rígidas) e estereotipia (tendência de iludir a complexidade dos problemas mediante reduções simplistas); 7. *Exteriorização*: preferência por fatos tidos como concretos, tangíveis, claramente experimentáveis e oposição a tudo quanto é subjetivo e imaginativo; 8. *Projeção*: transferência de problemas interiores para o mundo exterior (ressentimento, frustrações, temores e responsabilidades); 9. *Sexo*: preocupação exagerada com a esfera normativa da sexualidade (cf. Adorno et al, 1950; TEIXEIRA, POLO, 1975).

no seu controle, a beligerância e a inclinação ao binômio submissão/dominação (submissão ao mais forte e reconhecido como centro de autoridade de um lado e opressão aos demais ou aos “de baixo” por outro, o que deu azo à trágica imagem da “personalidade ciclista”⁴).

Michel Lowy (2015) ao pensar no crescimento da extrema direita também observa padrões diferentes em contextos e grupos nacionais diversos. Seu ponto de partida é que depois dos desastres ocorridos no entorno da década de 1930 não se detectaram expressões vigorosas do fascismo até período recente. Lowy observa mais detidamente o cenário europeu, reconhecendo não ter informações qualificadas para analisar o caso latino-americano, embora manifestações diferenciais de extrema direita também ocorram nesse continente. Sobre a Europa alinhava uma miríade de combinações de variáveis, enfeixadas em países com a presença de organizações partidárias de caráter: fascista e/ou neonazista, semifascista ou de extrema-direita. As variáveis mais comuns e que ordenam os modelos são: nacionalismo, antiglobalismo, xenofobia, racismo explícito, retórica anti-imigrante, islamofobia, beligerância e intolerância. Variam também na percepção das disrupturas do capitalismo, no caráter antissistêmico ou institucional, na aversão ao comunismo e na seleção do inimigo - interno e externo. O trabalho de Lowy estabelece a correlação entre direita (extremada) e as bases ideológicas do fascismo, atualizando seus nexos e sentido.

Uma outra maneira de entender a diatribe entre direita e esquerda é levada a cabo por Murray Rothbard em *Esquerda e direita - perspectivas para a liberdade* (publicado originalmente em 1979) analisando o caso americano no contexto dos anos de 1970 onde o liberalismo apareceria como alternativa à esquerda dos conservadores. A chave da interpretação de Rothbard é a tendência individualista, racional, progressista e tolerante do liberalismo norte-americano

4 Acepção metafórica “de uma pessoa que gosta de calcar com o pé quem está por baixo e, ao mesmo tempo, dobra o corpo, em posição humilde, para os que estão em cima” (HORKHEIMER, ADORNO, 1973: 178)

em oposição a um dogmatismo e uma visão imobilista e fechada de mundo dos conservadores.

Em vertente distinta, a pesquisa recente levada a cabo pelo cientista político e expoente da direita portuguesa João Pereira Coutinho (2018) fala em “conservadorismos” no plural, indicando que cada época pode expressar um formato particular de pensamento conservador. No entanto, Coutinho mantém como eixos do conservadorismo uma longa vinculação ao tema da prudência, na aceitação de uma ordem natural que condiciona indivíduos e instituições e na recusa das proposições de mudanças radicais e utópicas. Nesse caso, poderíamos pensar o conservadorismo como uma posição moderada no quadro de referência construído por Bobbio em 1995, muito embora alguns elementos como hierarquia, naturalização da desigualdade e pessimismo quanto à natureza do homem e os limites da política coincidam com a gramática da direita radical. Em Coutinho o eixo de continuidade no(s) conservadorismo(s) é dada pelo pensamento de Edmundo Burke e em oposição ao advento da Revolução Francesa. Essa matriz do conservadorismo é ressignificada - mas não rompida - ao longo do tempo por outros intelectuais, em especial, creio eu, em função do reposicionamento do tipo de ameaças utópicas de cada momento. Na filiação ao conservadorismo contemporâneo de Coutinho transparece a presença maciça da argumentação de três autores: John Kekes, Michel Oakeshott e Roger Scruton.

Observando a racionalidade discursiva do conservadorismo temos o importante trabalho de Albert O. Hirschman: *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça* (publicado originalmente em 1991), construído como exame do reacionarismo ao processo de expansão dos direitos modernos, fixados teoricamente como uma “marcha expansiva” pelo sociólogo inglês Thomas Marshall em *Cidadania, classe e status* (publicado originalmente em 1950). Hirschman utiliza como central a categoria de re-ação (recusa) como orientadora

da retórica do campo conservador. A alteridade anteriormente assinalada no texto de Bobbio é utilizada também por Hirschman em uma formulação que apresenta o reposicionamento do campo conservador como resposta à evolução da igualdade - civil, política e social - e redução de assimetrias historicamente conquistadas ao longo de dois séculos. Temos aqui tanto o pressuposto da alteridade das fronteiras, definidas pelo princípio da recusa, quanto a percepção de ressignificação contínua dos campos ideológicos que se movimentam em torno do eixo da igualdade/inclusão: se a esquerda avança incluindo, a direita organiza-se recusando. Hirschman aponta como momentos fundamentais a Declaração dos Direitos do Homem, a emergência das massas e sua incorporação no cenário político e o surgimento do Welfare State como fatos que geraram reações no campo conservador.

Mas a grande contribuição de Hirschman é a detecção das estratégias retóricas desenvolvidas pelo campo conservador (e aproveitado por outras correntes do pensamento de direita), sustentáculos da disputa ideológica. De maneira sucinta trata-se de três arranjos argumentativos articulados no eixo da perversidade, da futilidade e da ameaça. O primeiro, a tese da perversidade, refuta as mudanças propostas pelas políticas públicas (ferramenta fundamental para o modelo do Welfare State ou, aplicado ao caso brasileiro, para o projeto desenvolvimentista) como produtora de efeitos indesejáveis (perversos), quiçá *anuladores* das proposições originais que guiaram a definição de uma estratégia política específica. O segundo, a tese da futilidade, aponta o risco de uma política adotada ser *inócuia*, incapaz de produzir os efeitos desejados de mudança social. A terceira, a tese da ameaça, introduz a ideia de risco de *perda* substancial de algum ganho já existente pela adoção da nova política. Somadas, essas teses produzem um discurso que banaliza, aponta a impotência e o ridículo de políticas públicas com algum significativo grau de orientação para mudança de condições sociais e alteração dos níveis de desigualdade.

Não apenas as deslegitimam, apelando para uma argumentação de caráter racional de causa e efeito, como, no limite, assinalam o possível caráter disruptivo de seus resultados - a ameaça de perdas reais.

As três retóricas hirschmanianas foram largamente mobilizadas pela nova direita brasileira no período recente e representam ferramentas notáveis quando se trata da disputa ideológica no âmbito da argumentação racional. No caso do debate recente no Brasil, seus usos, em especial quanto aos efeitos das políticas novo-desenvolvimentistas (uso das políticas públicas como instrumentos de promoção de inclusão, empoderamento, capacitação e equidade - bem ao estilo das teses de Amartya Sen), são incontestes. Mas uma característica nacional que precisa ser examinada com muito vagar é a luta ideológica *fora* do escopo da argumentação racional - a guerra híbrida, com o recurso à falsificação da história e do marco teórico, com associações perversas entre temas, eventos, ideias que de fato não ocorreram. O advento da guerra híbrida como estratégia política soma um novo caminho às retóricas de Hirschman (que não são abandonadas, ao invés disso, incorporada neste novo sistema apoiado especialmente nas *fake news*) e robustecem tanto o papel das ideologias e de seus porta-vozes: intelectuais, ideólogos militantes, formadores de opinião; quanto suas arenas (imprensa, mídias sociais e mundo acadêmico).

O quadro de fundo traçado por Hirschman, onde as retóricas são mobilizadas contra a expansão de direitos, aparecerá na obra de outro autor: Boaventura de Souza Santos em *Reinventar a democracia, reinventar o Estado* (publicado originalmente em 1998). Nesse trabalho, Santos traça um amplo movimento histórico denominado de contratualista na primeira fase e pós-contratualista na segunda, ordenados segundo o padrão de ampliação de direitos e de expansão da cidadania (1^a fase) e de redução de cidadania (2^a fase). Da rebuscada análise de Santos interessa-me particularmente o reconhecimento

de um movimento reativo recente, centrado nas transformações do século XX que, na contração do sistema social e político, coloca uma reorientação para o conflito político no seio de uma dada sociedade: a retirada do direito do outro como forma de proteção e manutenção de seu próprio direito. Embora Santos não trate diretamente dos movimentos de direita, seus argumentos são visíveis no fundo da constituição e do *modus operandi* do conservadorismo atual e de seus aliados, especialmente aplicados a contextos nacionais com algum grau de inclusão e proteção instalados e geradores de disputas pelo rebaixamento da cobertura de temas e grupos (como é o caso brasileiro recente).

Uma última observação, antes de avançarmos sobre a cena histórica da direita no Brasil. Ressalto que os autores e teses até aqui mencionados foram empregados no sentido de demonstrar a complexidade, a historicidade e a multiplicidade de aspectos que precisam ser levados em conta quando se enfrenta o desafio de compreender o padrão ideológico e a pauta da direita. Por um lado, a esquematização dos elementos de fundo da direita entendida como um *campo político*, difuso e repleto de dissonâncias internas que vão, como apontado, do liberalismo ao fascismo, impõe a seus representantes e defensores a incumbência de lidar com a presença das “políticas da fé” e da utopia de transformação do mundo (não realismo), a invenção de um “novo homem”, o coletivismo e homogenização social radicalizada e o protagonismo do Estado (ou outra forma política que contenha as funções de centralização da autoridade e do poder). Por outro lado, além de apontar que a direita contém formulações contraditórias e por vezes antagônicas, sem esse quadro geral torna-se difícil perceber o fenômeno da nova direita no Brasil, em especial quanto à compreensão de seus subgrupos e da aliança na ação, por vezes estranha ao primeiro olhar, entre direita, extrema direita, conservadorismo e neoliberalismo. Outra intenção desta reflexão é elencar um conjunto de argumentos

que sustentarão a retórica do pensamento da nova direita e que auxiliarão a compreender *contra o quê* especificamente articulam-se as energias políticas do campo da direita brasileira recente.

A nova direita no Brasil - um armário com muitas prateleiras

Conforme apontou Lowy (2015), o quadro brasileiro possui características próprias. Se a nossa nova direita é continuidade de linhagens que sempre estiveram na moldura do nosso pensamento político (VELÈZ-RODRIGUES, 2015; 2018; BERLANZA, 2017) ou se o padrão de articulação recente espelha mudanças profundas (sua concepção sobre a política e suas instituições, bem como quanto aos instrumentos de atuação) geradoras de uma cena inédita, são perguntas que precisam ser respondidas pelos analistas. Vários trabalhos recentes já produziram contribuições significativas tanto no apontamento de variações intestinas ao campo da nova direita, quanto à sua filiação a mudanças no contexto político e no surgimento de novas arenas de formação da opinião pública (MADEIRA, TAROUCO, 2011; JUDENSNAIDER, LIMA e ORTELLADO, 2013; CRUZ et al, 2015; TATAGIBA, TRINDADE, TEIXEIRA, 2015; CHAIA, BRUGNANO, 2015; CHALOUB; PERLATTO, 2016; MESSENBERG, 2017).

Um trabalho que procura o cruzamento entre concepções ideológicas, alinhamento ao contexto histórico e causas/efeitos no novo padrão de disputa política é o artigo de Jorge Chaloub e Fernando Perlatto intitulado *A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política*, publicado em 2016 pela Revista *Insight*. Nesse trabalho os autores propõem seis hipóteses para compreensão do protagonismo recentemente assumido pelos intelectuais da nova direita no país. Seriam elas: 1. coerência com o cenário internacional, entendendo a nova direita enquanto um fenômeno mundial; 2. o distanciamento do momento epocal da ditadura, que oblitera e distorce a percepção

clara sobre os riscos e vícios do autoritarismo implantado a partir de 1964 (da mesma maneira que, creio eu, há toda uma geração que não conviveu sequer com o processo de redemocratização, possuindo uma experiência acomodada nos limites protetores de um Estado de Direito); 3. as mudanças tecnológicas e funcionais da indústria cultural (que penso possibilitou a expansão rápida do padrão de guerra híbrida); 4. a criação de *locus* institucionalizados para produção e difusão do pensamento liberal ou de direita⁵; 5. a emergência de governos de esquerda no país, incluindo seus sucessos e fracassos, capazes de geração de polarização; e 6. a crise do sistema partidário (e que podemos estender para a crise do padrão de representação democrática e o surgimento de manifestações demofóbicas e do ódio à democracia⁶).

Se a nova direita saiu do armário é preciso lembrar que mesmo um único armário possui inúmeras prateleiras, onde repousam projetos, intenções, valores e concepções políticas heteróclitas. O termo *nova* exprime um novo cenário, alvos e meios de atuação, tais como a multiplicação de instrumentos de luta política. Nas últimas décadas somaram-se às disputas tradicionais (partidos, eleições e arenas estatais) e ao manuseio das retóricas de Hirschman, as mobilizações de massa, o recurso aos meios de comunicação das mídias sociais e os mecanismos da guerra híbrida. Quanto às prateleiras, o reconhecimento da heterogeneidade do campo nova direita (como fundamentalmente em todo campo político) abriu fissuras e disputas por seu patrimônio identitário e forçou a diferenciação entre subgrupos.

Em entrevista concedida à BBC News Brasil em 2016, Olavo de Carvalho, indigitado como figura de proa da nova direita brasileira,

5 “A vinculação e a articulação de muitos desses personagens com institutos como o Instituto liberal, o Instituto Millenium, o Instituto Ludwig Von Mises, o Instituto liberdade, o Instituto de Estudos Empresariais, o Estudantes pela Liberdade e o Instituto Ordem Livre.” (CHALOUB, PERLATTO, 2016: 30)

6 Cf Ránciere (2014).

recusa ser a ela associado - “eu quis que uma direita existisse, o que não quer dizer que eu pertença a ela. Fui o parceiro dela, mas o parceiro não nasce com o bebê”. Carvalho assume inclusive a pretensão ao *fiat* fundação desse campo, já que foram seus livros e proposições que “encorajaram outros conservadores a sair do armário” (op. cit). Como se um dos motivos de sua ação - quiçá de seu protagonismo real - possa ser encontrado na situação de sub representação, pois, embora real e renitente, o campo direitista no

(...) país ainda não tem uma “representação institucional da direita”, como jornais diários, universidades ou partidos que defendam o liberalismo econômico e valores tradicionais. “Você tem de um lado 20 partidos de esquerda e do outro um ou outro cara que se diz de direita, mas nem sabe direito o que é isso”. (FELLET, 2016)

Na percepção de Carvalho, essa sub-representação dificulta aos indivíduos saber direito o que “é isso” - a direita. Para esse autor, o campo da direita conjugaria o liberalismo econômico com valores tradicionais, exprimindo uma tensão curiosa no campo: o da liberdade de mercado (individualista, competitivo e de *laissez faire*) com a adoção a priori de valores morais coletivos e tradicionais (portanto não individuais e menos ainda libertários). Esta mesma tensão, com respostas e tratamentos diferentes, aparecerá na obra do jornalista Lucas Berlanza em *Guia Bibliográfico da Nova Direita* (2017) e no esforço de Luis Felipe Pondé em variados vídeos e textos.

Para Berlanza, membro do *staff* do Instituto Liberal, “direita e nova direita” são apenas rótulos utilizados para denominar um “movimento profundamente plural” no qual muitos de seus integrantes recusam a própria denominação. No caso brasileiro esse movimento aglutinaria:

entusiastas do regime militar, que desejariam uma ação pela força para destroçar o atual estado de coisas; há conservadores que se moldam a um viés mais “continental” europeu, preferindo roupagem mais “religiosa”; há os

que defendem o retorno da monarquia; os que defendem mais e menos Estado (...) os “libertários”, que pregam a privatização de tudo quanto possam e, em um ponto extremo, chegam ao anarco-capitalismo (BERLANZA, 2017: p 243)

Mas este pluralismo, aceito com naturalidade enquanto campo, não exigiria um esforço intelectual para separar o joio do trigo? O núcleo organizador do texto de Berlanza seria a compilação de autores, teses e momentos históricos (posições e projetos) que permitissem entender uma nova direita - a atual, capaz de circular e invocar elementos da tradição conservadora com princípios minimalistas e competitivos do neoliberalismo. Essa mescla intencional - de criar um caminho identitário e um nexo teórico - explica a seleta de autores nacionais e internacionais de extração teórica nem sempre harmônica. Na lista das 39 obras/autores/projetos somam-se às teses seminais do conservadorismo clássico de Edmund Burke, as contribuições de Frédéric Bastiat, Friedrich von Hayek, Ludwig von Mises, Raymond Aron, Roger Scruton, Margaret Thatcher, Winston Churchill, Murray Rothbard. No caso brasileiro a injunção é longa, tensa e com lacunas, passando por José Guilherme Merquior, Meira Penna, Joaquim Nabuco, Donald Stewart Jr, Carlos Lacerda, Roberto Campos e Olavo de Carvalho. Berlanza opta por alargar os limites conceituais da nova direita mais do que realizar a tarefa do esclarecimento de suas matrizes identitárias. Talvez essa opção comprove a inclinação por apoiar a força de uma corrente específica (liberal) no amplo arranjo da nova direita ou, ao contrário, explice uma combinação nova de ressignificação e aliança entre filiações teóricas distintas em um novo contexto econômico social e político.

O mesmo movimento de agrupamento aparece no prefácio escrito por Rodrigo Constantino (presidente do Conselho do Instituto Liberal e um dos fundadores do Instituto Millenium) para o *Guia Bibliográfico da Nova Direita*. Nesse breve texto, Constantino procura

arrolar como ideias centrais da nova direita a defesa “da liberdade econômica, da prudência, do respeito às instituições e valores superiores” já existentes há muito tempo na própria trajetória do pensamento político brasileiro. Segundo Constantino, a proposição de Berlanza no *Guia Bibliográfico* seria o do admirável esforço de apresentação de autores, vertentes e ideias “cuidadosamente selecionados” capazes de produzir o “quadro geral, a genealogia e a natureza de alguns princípios e posturas que circulam nesse grupo heterogêneo de liberais e conservadores” e que os definiria.

Em movimento contrário, Pondé, em vídeo gravado em 2016 intitulado *A nova direita*⁷, afirma que a novidade política no Brasil recente é o surgimento de uma direita liberal “nos costumes, a favor da liberdade de expressão, do governo institucional, contra qualquer forma de ditadura e de perseguição às minorias” e que se afasta da outra direita (velha?) que é “fascista, autoritária, que defende a volta dos militares” exigindo a demarcação de limites que diferenciem uma da outra. Pondé, por rigor conceitual ou prudência, entende os custos políticos da associação fácil entre as correntes abrigadas no grande campo da nova direita, apresentando-se como expoente de uma “direita liberal, a favor de uma visão de mundo mais aberta e um pouco mais responsável” - Pondé não quer ser associado ao neofascismo, quer ser um liberal moral e conciliador, talvez inspirado na elegância intelectual e pessoal de Michael Oakeshott e de Russell Kirk.

Nos últimos anos presenciamos dissensões no campo como nas rusgas entre Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo, Rodrigo Constantino, Berlanza e lideranças do MBL, onde sobram acusações de oportunismo, vaidade, erros de compreensão e até acusações de filiação ao campo oposto que se quer combater. Os efeitos do golpe de 2016, a radicalização neofascista e a proximidade do pleito eleitoral de 2018

7 Conferir em <https://www.youtube.com/watch?v=es1DvCjXrzc> (acessado em 05 de abril de 2018). Movimento semelhante será central no capítulo “A formação de um pessimista”, escrito para o texto *Por que virei à direita*.

com certeza contribuíram tanto para o movimento de diferenciação pela chave negativa (não querer estar envolvido com posições que se transformam rapidamente em fardos) ou positiva (pela disputa de legados capazes de se converterem em capitais políticos, intelectuais e econômicos).

O que se quer destacar é que na nova direita brasileira coabitam “famílias” políticas diferentes, em que convive uma aliança entre liberais e conservadores com segmentos de direita radical e neofascistas⁸. Neste texto será privilegiada a aliança liberal-conservadora.

Por que virei à direita - à guisa de um manifesto

Variados elementos da discussão apresentada até o momento aparecem de maneira explícita ou implícita no texto selecionado para análise mais detida: *Por que virei a direita: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo*, composto por três narrativas (e “meia”): *Dez notas para a definição de uma direita*, escrito pelo jornalista e cientista político português João Pereira Coutinho; *A formação de um pessimista*, escrito pelo filósofo Luiz Felipe Pondé; *A esquerda na contramão da história*, de autoria do filósofo Denis Rosenfield; e a adição da “meia” narrativa advém do prefácio elaborado por Marcelo Consentino, texto onde são tratados temas importantes e complementares ao conjunto de problemas apresentados pelos autores.

O livro foi publicado em 2012 pela recém criada Editora Três Estrelas⁹, selo editorial pertencente ao Grupo Folha, também

⁸ Uma dúvida que surge é se é acidental que a nova direita assimile com tranquilidade a indefinição de sua identidade ideológica ou se a adoção desse posicionamento ocorre como um meio facilitador de sua ação política. Afinal, a opacidade das fronteiras permitiria juntar “o não juntável”, abrindo um leque de pautas e posturas - uma *catch-all agenda* - capazes de canalizar e amplificar a energia política originada em diversos pontos para o confronto e o desmanche de um alvo definido sem maiores críticas ou exame. Em projetos mais rigorosamente estruturados essa articulação seria obviamente mais difícil.

⁹ O selo Três Estrelas foi criado também no ano de 2012.

proprietário do portal Universo Online (UOL) e do jornal Folha de São Paulo (onde um dos autores, Luiz Felipe Pondé, é, segundo informações de seu currículo Lattes, colunista exclusivo).

A escolha desse livro, entre outros que circulam no debate brasileiro nos últimos anos, tem alguns motivos. O primeiro passa pela publicação assumir a configuração de uma espécie de manifesto. Contribui para essa qualificação as variadas fundamentações presentes nas narrativas da conversão à direita, sustentadas pela coerência teórica, como resultado da experiência pessoal (subjetiva, reflexiva e existencial) ou como recusa dos postulados da esquerda por conta de suas falhas e traições - uma forma de decepção apresentada também como fruto de um exame racional, teórico e histórico.

Esses pontos são mais importantes quando lembramos que os autores são intelectuais qualificados e preparados para o debate: são formados e atuam na área de humanidades (filosofia, jornalismo e ciência política); possuem pós-graduação em instituições proeminentes e estão inseridos no campo intelectual e acadêmico (como professores, pesquisadores e escritores); e parte deles assumindo protagonismo na formação da opinião pública. Este é o segundo motivo de escolha do livro *Por que virei a direita*: Coutinho, Pondé e Rosenfield são intelectuais orgânicos. Mesmo que parte da sua produção circule em grupos sociais amplos, nos jornais ou mídia social, os atos de fala que emitem estão investidos da aura acadêmica e da legitimidade discursiva que dela advêm.

Divulgar porquê intelectuais acadêmicos guinaram à direita produz impacto. Em especial por que o espaço universitário tem sido fonte de fortes críticas para a direita, nacional e internacional, que seja a velha ou a nova.

Em textos mais antigos, como *O ópio dos intelectuais* de Raymond Aron (1955), *Os intelectuais europeus e o capitalismo* de Bertrand de Jouvenel (1954), *Os últimos intelectuais* de Russel Jacoby (1987) até os mais recentes

como *Os Intelectuais e a Sociedade* de Thomas Sowell (2009), esse grupo social (perito em sua *expertise* como diria Karl Mannheim) seria, para os autores elencados, “presa fácil” para o pensamento de esquerda. Os motivos? Tendência para pensamento abstrato e não prático, produtor de projetos normativos e idealistas; atividade não produtiva e portanto não submetida às exigências do real, não pressionada pelo risco e isenta da obrigação de prova ou teste¹⁰; condição funcional parasitária e ao mesmo tempo privilegiada.

Esse último ponto é central na argumentação de Pondé: os intelectuais vivem das benesses do sistema público e, ao mesmo tempo, são capazes de reproduzir sua visão de mundo ao formar outros intelectuais que também não irão para o mundo produtivo (entendido como mercado competitivo) e sim permanecerão no conforto insulado da universidade. Pondé avança na crítica, na esteira da tese do “fim da universidade” de Russel Kirk:

a partir de certo momento a universidade se tornou foco de gente (“sem posses”) que quer ascender socialmente por meio de uma carreira acadêmica e, por isso, já não se importa com o que pensa, contanto que ganhe um bom salário e tenha a garantia de emprego. A universidade, hoje, é um dos lugares de maior miséria espiritual que conheço. (PONDÉ, 2012: 57).

Para Berlanza (2017) e outros pensadores da direita, nas universidades brasileiras há quase um monopólio dos autores,

10 Jouvenel chega ao ponto de afirmar a inferioridade dos intelectuais porque outros atores na sociedade satisfazem melhor as necessidades produtivas da coletividade. E Sowell, sobre mecanismos de testes na produção da área de humanas, indica o círculo vicioso inter pares: “o teste fundamental para as ideias de um desconstrucionista realiza-se na opinião de outros desconstrucionistas, os quais irão dizer se acham ou não acham as ideias interessantes, originais, persuasivas, elegantes ou engenhosas o suficiente. Não existe um teste externo”. (SOWELL, 2011: 22)

teses e ideias da esquerda e uma barreira para entrada de outras correntes e outros pensadores nessa importante arena de formação da mentalidade e da cultura nacional. Por sua vez Olavo de Carvalho enfatiza a tendência da intelectualidade para o campo da esquerda, promovendo a vitória dessa forma de pensamento:

a esquerda dominou a imprensa e as universidades brasileiras há várias décadas em estratégia que seguia o suposto ideário do marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1937). O objetivo, diz ele, era criar uma “atmosfera mental” em que a população se tornasse socialista sem perceber. (FELLETT, 2018)

Resumindo, é ação estratégica para a direita organizar-se para intervir no ambiente universitário e na disputa intelectual, quer seja para mostrar sua face, quer seja para enfrentar seu principal oponente - a esquerda. Afinal, não há pensamento político sem teorias de suporte, sem porta-vozes, sem literatura, sem instituições e sem mecanismos de reprodução de sua visão de mundo. Nessa empreitada surgem muitos investimentos da nova direita brasileira: na criação de institutos, sites e blogs conservadores e liberais; na formação de uma rede editorial e na produção de textos (nacionais ou internacionais); na preparação de quadros e atuação junto à juventude; na disputa por espaço na arena acadêmica e intelectual. Nesse sentido, o livro de Coutinho, Pondé e Rosenfield aparece como estratégico em mais de uma frente.

Um terceiro motivo é sobre o desenho do conjunto das narrativas, como um mosaico cobrindo pontos e lógicas distintas da constelação do pensamento de direita, caminhando de um tom eminentemente conceitual para o depoimento sobre as falhas historicamente localizadas da esquerda brasileira recente. É a partir da ideia de complementariedade argumentativa existente nos capítulos que compõem o livro *Por que virei a direita* que proponho o exame de

alguns aspectos teóricos conectados com a abordagem inicial deste artigo quanto às características do pensamento de direita.

A agenda política da nova direita brasileira: um debate sobre conceitos

No primeiro texto, *Dez notas para a definição de uma direita*, Coutinho começa por nos surpreender por afirmar ter “guinado” à direita. Ao final da leitura percebe-se, ao contrário, que o autor nela sempre esteve. Sua análise pretende, assim, ser menos uma declaração de motivos pessoais e de trajetória de uma conversão que nunca ocorreu e mais uma exposição dos fundamentos do conservadorismo ao qual se filiou¹¹. Nessa coerente exposição conceitual, com incursões sobre a correlação entre teoria e momentos históricos, Coutinho elenca os elementos centrais que configuram a direita que defende. Afinal, existem “direitas e direitas”, incluindo aquelas mais nefastas que a própria esquerda: “um esquerdista moderado é preferível à um direitista reacionário” (COUTINHO, 2012: 2). O pior problema a ser enfrentado são as mentalidades radicais e o mito do “impulso perfectibilista”. Assumindo que a chave da boa direita para Coutinho é aquela próxima do pensamento de Michel Oakeshott - distante das políticas da fé e próximas do ceticismo - a mentalidade radical não é exclusiva da filosofia política de esquerda, sendo encontrada na utopia do fascismo e do nazismo, por exemplo. Afinal, a realidade e a inércia das formas sociais foram varridas da história por esses regimes que, a exemplo da Revolução Francesa, propuseram uma nova forma de homem, de sociedade e de política, apagando o legado da tradição e da prudência.

De outro ângulo, o acento na questão da perfectibilidade é ainda mais preocupante por constituir, ao meu ver, o ponto nevrálgico

11 João Pereira Coutinho é autor de outro texto importante e de referência para o campo da direita - *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários*, publicado originalmente em 2014 também pelo selo Três Estrelas.

da filosofia política da direita e do conservadorismo. Em síntese, a base do ceticismo e do realismo de Coutinho origina-se na aceitação inconteste da imperfeição da natureza humana e na impossibilidade de sua correção. Por isso Coutinho horroriza-se com a premissa de Rousseau de que os homens nascem bons, que são corrompidos pela sociedade e que podem ascender, pelo pacto político verdadeiro, a uma sociedade em que a desigualdade seria eliminada. Por princípio análogo, Coutinho, como outros conservadores desde Burke, condenarão o projeto utópico da Revolução Francesa e seus sucedâneos históricos. Mais adiante Coutinho acrescenta, na conta do ceticismo, uma curiosa percepção do pluralismo pautada no reconhecimento positivo do conflito como maximização da liberdade individual, motivo pelo qual se coloca como problema central a nefasta “onicompetência” do Estado.

O texto de Coutinho caminha entre teorias, conceitos e análises. Pouco fala de conversão e muito de legitimação da filosofia política de direita conservadora (mas moderada) que professa. O argumento é acadêmico em sua quase totalidade e ocupa uma importante posição no mosaico composto pelo conjunto dos textos que compõem o livro. Por essa compleição torna-se possível avaliar alguns dos elementos apontados anteriormente no amplo espectro do pensamento de direita e presentes na argumentação do autor: desigualdade, Estado e proteção social (direitos sociais e políticas inclusivas).

Na argumentação de Coutinho o maior risco da política é identificar os homens como iguais - o que eles não são e esta é a prova da realidade. Perfilando a tese conservadora, crê que a sociedade seria composta de indivíduos desiguais e diferentes, quer pela ordem natural, quer pela diferenciação do uso correto da liberdade de cada um para pavimentação das trajetórias individuais (o mérito). A aceitação de uma ordem natural que pode emergir da própria tradição, da religião ou da Providência caracteriza a ontologia conservadora onde

pela *fortuna* ou pela *virtú* os homens não são e nem serão iguais¹² a não ser pela violentação das regras da natureza ou perversão política.

Para os conservadores transpor essa barreira implica em rupturas sucessivas perigosas, nascidas da recusa do pressuposto da desigualdade (e portanto toda a ordem do passado) e que podem ocorrer pelas propostas utópicas e revolucionárias ou pelo modelo mais suave, de transformações paulatinas que vão produzindo, sem cortes abruptos, a diminuição das formas de desigualdade e a implementação da igualdade enquanto um projeto político capitaneado pelo Estado¹³.

O ceticismo defendido pelos conservadores e por Coutinho implica na aceitação de duas perversões terríveis e da produção de um equívoco. A primeira perversão seria da redução substantiva da potência da política. Invertendo a formulação de Rousseau, para o pensamento conservador “tomar os homens como *são* e as leis como podem *ser*” seria pensar a política de maneira realística. Nesse caso a política não seria mais do que gestão de conflitos, proposição da ordem como reposição da dinâmica da sociedade na qual está inserida. No limite o que está em jogo são os limites e a potência da política, com redução drástica do seu horizonte. Creio que na esteira desse raciocínio assenta-se o culto da liberdade individual, privada, e a redução do interesse público a uma expressão dos interesses particulares. Essa perspectiva de sociedade política está longe da ideia de coletivo, que transcende à dimensão do individualismo radical.

12 Este raciocínio que positiva a desigualdade pela ação meritocrática pode ser a chave de aproximação entre o ideário conservador contemporâneo, o liberalismo e o neoliberalismo.

Embora o pressuposto fundador da liberdade e da condição de *aristoi* do liberalismo seja a dinâmica econômica e não a ordem dos costumes ou da tradição, permanece a perspectiva da assimetria (distinção). As concepções conservadoras modernas foram capturadas na órbita da filosofia liberal, aceitando a mudança que nunca será para todos. O que o conservadorismo e boa parte da direita contemporânea fizeram foi naturalizar como fundamento da desigualdade o sacrossanto Mercado, combinado com forma de conservadorismo moral e de crença.

13 O modelo de Welfare State analisado por Hirschman a partir da tese de Marshall em Retórica da Intransigência ou o projeto do “terceiro incluído” proposto por Bobbio em *Esquerda e Direita*

Citando outro expoente da nova direita no Brasil sobre “o mundo como *fato* e o mundo como *ideia* [destaques meus]”:

Chama-se, muitas vezes, de “pensamento de direita” ou “pensamento conservador” o que é nada além de bom senso. Nesse sentido, ideologia, esta sim, é a engenharia social a que se dedicam as esquerdas, ao tentar impor um ponto de vista ancorado em convicções e crenças que insistem em desafiar a realidade (AZEVEDO, 2013).

A segunda perversão seria a aceitação da injustiça como matriz da vida social. Independentemente das causas pelas quais os homens estejam no mundo em situações diferenciais e com maior ou menor poder, aceitar a diferença naturalizando-a equivaleria a abandonar a energia que produziu o processo civilizador, calcado em uma superação dos variados limites impostos à sociedade humana ao longo do tempo.

Por último, o equívoco das políticas do ceticismo decorre de uma cegueira seletiva, pois esses grupos conseguem enxergar o monólito absolutista presente no risco dos excessos do estatismo, mas não se sentem ameaçados pelo monopolismo gerado pela economia que entroniza a lógica do mercado como centro de toda vida social. Essa cegueira que cresce ao longo da modernização do conservadorismo fortalece a conexão entre o liberalismo e o neoliberalismo. Para os dois grupos o problema é o Estado e não o Mercado, e a salvação é o individualismo competitivo, meritocrático, e não a vida socialmente organizada.

Por mais que pareça prudente, razoável e comedido, o conservadorismo carrega a semente perigosa da injustiça, aninhada na base da sua concepção de homem e de mundo. Somado ao não reconhecimento das graves disfunções geradas pela economia capitalista, o conservadorismo contemporâneo caminha a passos

largos para o colo de uma direita capaz de romper facilmente os mínimos contratos sociais e com a democracia.

O filósofo Luiz Felipe Pondé é autor do segundo texto de *Por que virei à direita*, contribuindo com o capítulo intitulado *A formação de um pessimista*. Pondé envereda por um depoimento pessoal, existencial e intelectual situado no ambiente acadêmico brasileiro e na influência e escolhas teóricas de sua formação e configuração de seu pensamento. A narrativa apresenta uma dinâmica interessante pelo cruzamento entre expectativas pessoais e a discussão acadêmica mais ampla. Interessante observar que Pondé também não pertenceu de fato ao campo da esquerda: estudou autores, flertou com movimentos, esteve aberto a influências, mas nenhum desses aspectos fez dele um aderente ou militante (intelectual ou político). Sua trajetória, como a de Coutinho, não coaduna com a utilização do verbo “virar” - cuja definição resumida é a de mudar de rumo, alterar ou por-se numa posição diferente daquela em que se estava. Pondé ao longo de sua formação e carreira optou pelo pensamento de direita por encontrar nele mais sentido que em outras filiações concorrentes. A leitura da narrativa de Pondé é instigante porque cruza o memorialismo com um elemento mais robusto - a reflexão crítica e o confronto entre ideias.

Na análise da argumentação de Pondé, bem como em Coutinho e Rosenfield, o reduzido número de páginas das exposições representa um problema, dada a complexidade e profundidade dos temas tratados. Permanece na moldura de fundo um debate que exige conhecimento de autores e teorias, inclusive para escapar das armadilhas de simplificação dos nós argumentativos, dos recortes e seleções feitos (entre autores ou quanto a situações históricas), das inferências e consequências finais do raciocínio. O leitor menos avisado terá acesso a um conjunto de diretrizes e fundamentos, o mais avisado tem em mãos um bom ponto de partida para entender - aceitando ou recusando - o pensamento da nova direita no Brasil.

Selecionei da ampla narrativa de Pondé o tema do elitismo, a idiotia do homem comum e antipatia à fórmula democrática, que se conectam em muitos sentidos com a aversão ao igualitarismo, que resultam na demofobia e no ódio à democracia. Pondé retoma de Tocqueville a preocupação com a tirania da maioria, a qualidade da maioria e a tagarelice democrática como rebaixamento da vida pública. Segundo o autor, a democracia

estimula em todos a crença nas próprias opiniões (versão medíocre do “penso, logo existo”, de Descartes), porque faz todo mundo se achar “igualmente” capaz de emitir opiniões sobre tudo. Mas sabemos que não “construímos” nossas opiniões a partir de nós mesmo, e sim de uma longa cadeia ancestral de ideias, práticas morais e afetos. (PONDÉ, 2012: 72).

No mesmo argumento toma de empréstimo a figura do “idiota” de Nelson Rodrigues onde a maioria:

é constituída de idiotas (sim, e alguns são mais idiotas do que outros). Segundo Nelson Rodrigues a democracia deu ao idiota a consciência de sua superioridade numérica. Antes ele vivia sua vida de besta; agora sabe que manda. (PONDÉ, 2012: 71)

Para Pondé “a esquerda idealiza a democracia porque gosta da retórica do povo” (op. cit.). Ainda da lavra tocquevilliana, Pondé apresenta a tese dos freios e contrapesos e do conflito entre poderes e instituições como os paliativos aos riscos da democracia. Mas, sendo o princípio democrático a decisão da maioria, o regime se converte à “estupidez justificada politicamente” o que leva a dúvida sobre qualquer forma de contrapeso ou contraponto que não passe pela ação redentora de setores esclarecidas ou pelo controle da massa..

Sobre a visão de democracia em Pondé gostaria de abrir duas considerações. A primeira, tomando como base a natureza humana desigual presente na ontologia conservadora (indicada pelo autor

como sua filiação), a constatação de que se de um lado há os idiotas, do outro estão os *aristoi* - por *status*, por educação, por distinção, por riqueza ou pela posse do capital político - fontes do poder na sociedade moderna. Trata-se de uma posição nitidamente elitista, calcada na recusa da igualdade como base do reconhecimento do outro ou como meta a ser alcançada pela política. A aversão que Pondé devota à esquerda pode ser compreendido, no fundo, pelo apego ao ideal de igualdade que a caracteriza (BOBBIO, 1995; HIRSCHMAN, 1992) e pelo compromisso de tomar como finalidade da política a retificação de formas sociais não igualitárias. A esquerda entende a existência de desigualdades como “injustificáveis” enquanto, ao contrário, as direitas “as veem como sagradas, invioláveis, naturais, ou inevitáveis” (CRUZ, 2015: 21).

A segunda consideração versa sobre a falta de preocupação acerca das condições da produção e reprodução da idiotia. Se construímos nossas opiniões (aqui entendidas como posição qualificada de interrogação e posição no mundo) a partir de “uma longa cadeia ancestral de ideias, práticas morais e afetos” (PONDÉ, op. cit) porque não ocorre a superação da idiotia? Apresento esse problema como uma aporia no pensamento da direita e do conservadorismo. Olhando retrospectivamente, exatamente para a tradição, o legado ancestral e cumulativo da cultura humana, vislumbra-se um cenário histórico marcado pela violência, pelo conflito, pela subjugação de homens, povos, conhecimento e valores - a serviço da religião ou da tradição. O que esse passado, não idealizado, mas tomado na sua crueza e brutalidade, tem a oferecer como base ou ponto de partida para a tarefa civilizadora? Outro ponto: o homem comum é um idiota e a base da miséria democrática nasce de sua integração ao jogo político. As elites, em sua pluralidade, são educadas, esclarecidas? Sua atuação, dirigida pela busca do mérito e de suas traduções materiais e simbólicas, nos mercados da política, da economia, da religião e da cultura (lembrando

que estamos em um contexto moderno), é produtora de virtudes e de progresso como na fábula de Mandeville ou na tese de Adam Smith?

O filósofo Denis Rosenfield escreve o terceiro e último capítulo - *A esquerda na contramão da história*. A narrativa de Rosenfield ajusta-se à perfeição ao mote central do livro, pois, ao contrário dos precedentes, reconstrói o caminho de conversão para a direita a partir da experiência concreta de sua experiência e participação na política brasileira pelo campo da esquerda. Talvez por essa situação Rosenfield problematiza os limites da esquerda brasileira diante das gestões petistas a partir da vivência e acompanhamento da política real, com recurso menor às tensões entre teses e autores de referência. Dos autores, Rosenfield é o único de fala criticamente como testemunha ocular dos erros políticos petistas.

A tese central do texto de Rosenfield é a traição programática da esquerda, sintetizada na massificação do projeto petista no Brasil. O eixo gira em torno da tese do aparelhamento - tema proeminente no discurso da nova direita brasileira, em várias de suas clivagens. A chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo, que começa pelo acesso às bancadas legislativas, prefeituras, governos estaduais e finalmente ao executivo federal em três mandatos (até a data da construção do livro em 2012), vai paulatinamente introduzindo a partidarização do Estado e de suas instâncias, bem como outros espaços da opinião pública e organização da sociedade civil. São destacados por Rosenfield a destruição do projeto de democracia participativa (com exemplo dos Orçamentos Participativos e outros espaços de interlocução direta da sociedade em arenas paraestatais), a formação de uma burocracia pública selecionada e partidarizada e o exercício crescente da manipulação política.

Desse conjunto de problemas, parte significativa do repertório da direita brasileira nas últimas décadas, proponho selecionar dois temas. O primeiro é sobre a questão do aparelhamento do Estado,

sua partidarização. O segundo, versa sobre a limitação dos possíveis vícios da política a um único ator do multifacetado quadro político-partidário nacional.

Quanto ao tema do aparelhamento, os argumentos elencados por Rosenfield passam pelo controle de agenda, pela colocação de membros comprometidos com o PT em cargos-chave e mecanismos de cooptação eleitoral ou no arco de apoio ao governo em segmentos da sociedade civil e da sociedade política. Sem entrar no mérito da análise factual causam mal-estar dois posicionamentos do autor, difíceis de compreender quando utilizados por um intelectual com perfil e formação acadêmica. O primeiro, Rosenfield produz uma narrativa fundada em sua experiência pessoal que organiza o quadro político em uma inaceitável situação monocromática. O projeto petista é visto como única força ordenadora da vida política brasileira no período. A adoção dessa postura é coerente com a proposição/posição ideológica do autor de aproximar o governo petista da chave do totalitarismo, do modelo cubano ou da “praga” do bolivarismo, percepção que faz parte do mito construído pela direita sobre o Estado-Partido do PT.

Porém, recorrendo a este mimetismo forçado, Rosenfield se desqualifica da tarefa intelectual (acadêmica) e envereda duramente na senda da apologia negativa como ideólogo. E perde a chance de uma crítica válida no campo da argumentação científica por submeter a realidade à opinião.

Ao colocar tudo sob a responsabilidade dos desmandos petistas ficam de fora do exame a estrutura e funcionamento da política real, atribuindo aos governos petistas a capacidade de pairar acima de todo o sistema político, autonomizado e dotado de poder autocrático. Para que tal assertiva fosse aceita Rosenfield precisaria apresentar como contrapartida um conjunto de fatos e comprovações que não constam do texto (são subentendidos como alguma verdade autoevidente, como pressuposto e não como elemento de análise).

Fica de fora do exame do autor a ponderação de como foi a atuação concreta de *todo* o espectro da vida pública nacional que permaneceu funcionando sob mandatos obtidos em urnas e não em golpe: partidos, congressistas, judiciário, empresários, movimentos sociais (de direita e esquerda), sindicatos e centrais sindicais (de direita e de esquerda), burocracia pública, organizações religiosas, intelectuais, mídia.

É impossível elidir a existência e atuação desses atores em um quadro histórico de manutenção do jogo eleitoral, da livre organização dos partidos, da manutenção das concessões da mídia, do baixo uso da força estatal para intervir em conflitos, pela fraca pauta de mudanças profundas (sem Reformas mais complexas e dilemáticas), pela submissão das ações governamentais em todos os níveis ao Estado de Direito (condição *sub lege*), pela manutenção da autonomia universitária e pelo funcionamento regular das instituições previstas pela Constituição Federal de 1988.

Independentemente de Rosenfield apontar a capacidade de agenda política, existente em qualquer governo moderno, também permaneceu fora do cálculo do autor a dinâmica do jogo eleitoral (onde a agenda pode ser repositionada pela existência de competição e por ocorrer em níveis administrativos diversos a cada dois anos), enfraquecendo-o. Da mesma forma, o tema do presidencialismo de coalização não aparece, pois afinal para um sistema político com esse grau de interdependência entre Executivo e Legislativo levá-lo em consideração seria complicado frente à tese da autocracia, pois teria que explicar o *modus operandi* do aparelhamento já que outros partidos (lembrando a composição heterogênea do Congresso Brasileiro no período) tem poder de brecar a agenda do Executivo e, se não o fazem, torna-se necessário analisar suas razões.

Para além da tese do Partido-Estado não ter sido tratada, sendo exposta aqui e ali pela memória individual do autor, Rosenfield ao colocar toda a responsabilidade de sua visão de crise da política

brasileira em um único ator - o PT - deixou confortavelmente de fora todos os outros segmentos que atuaram politicamente no sistema nacional, nos governos municipais, estaduais e nas bancadas legislativas. Há aqui uma excessiva simplificação porque o desenho federativo brasileiro embora conceda instrumentos importantes ao executivo federal não se resume a ele. E governos municipais e estaduais, outros partidos, outras lideranças, outros projetos (incluindo os que se abrigam no guarda-chuva da nova direita) produzem efeitos políticos pois governam e influenciam a dinâmica nacional e a governança federal. Retirar ou minimizar responsabilidade destes atores em um período de vigência das instituições democráticas parece má fé teórica e intelectual, por deixá-los providencialmente na escuridão e eximidos de responsabilidade pública.

A percepção binária e monocromática utilizada por Rosenfield produz como primeiro efeito fazer convergir para o executivo federal nos governos petistas toda a energia política nacional, que concentrada e manietadora permite sua definição do monólito Estado-Partido. O apagamento de outros atores no cenário da complexa rede das instituições políticas brasileiras serve como meio de demonizar o Partido dos Trabalhadores, aproximando-o da zona perigosa do totalitarismo - ferramenta importante na agenda da direita, em contraponto aos regimes comunistas e revolucionários. Do outro lado desse binarismo, apresenta-se como campo das virtudes políticas o projeto ideológico conformado pela direita.

Considerações finais

Retomando ressalva anteriormente feita, a proposta deste artigo era traçar um quadro geral entre o contexto da nova direita brasileira e o contexto de mudanças no cenário internacional e do repertório político do complexo debate teórico sobre as fronteiras da

direita e da esquerda no pensamento político moderno. No fechamento deste trabalho aponto como traço extremamente relevante para esta reflexão no aspecto teórico a análise sobre o *significado* e o *alcance* político do conceito de natureza humana e de ordem natural, tomados como bases do realismo céltico que alimenta o discurso conservador e da direita, produto (ontologia) e produtor (projeto político) de desigualdade e exclusão social. Da mesma maneira, a convergência entre a defesa das assimetrias associadas à gramática do liberalismo, em especial ao processo neoliberal em curso mundialmente. Neste ponto, destaco a contradição entre a tese do progresso e a tendência crescente da exclusão e da maximização do conflito entre membros de uma mesma comunidade, quase em ponto de conversão para o mercado social - e produtora da dinâmica pós-contratualista de Boaventura de Souza Santos e da possível modernização da *ratio* da personalidade autoritária, solo fértil para o pensamento neoconservador, neodireitista e neofascista.

No breve exame sobre o contexto brasileiro, o recorte incidiu sobre o pensamento da nova direita no âmbito acadêmico. A questão intelectual foi apresentada como de suma importância no debate brasileiro e a escolha de intelectuais - teóricos (porque acadêmicos) e ideólogos (porque produzem argumentação ajustada para orientação política) - não foi fortuita. Um problema de fundo sobre o anti intelectualismo da direita é o embate pela desconstrução das tarefas do conhecimento, exprimindo o combate sem tréguas ao racionalismo iluminista, com subsumição do racional ao real entendido como expressão *hic et nunc* ("aqui e agora") das formas sociais. Esta redução ampara a naturalização e autonomização das regras do mercado e a visão desigual entre os indivíduos, tornando-se inimiga do jusnaturalismo e do contratualismo, bem como reduzindo as possibilidades da política. Estas características conjugam o horror ao que se denominou chamar utopias, políticas da fé, religião da esquerda. Não se trata somente do

tamanho ou funções do Estado, trata-se da negação do entendimento da política como ferramenta de mudança e regulação da vida social, como instrumento de superação da *bellum omnium contra omnes*.

No caso dos autores analisados, Coutinho, Pondé e Rosenfield (que são referências no debate no Brasil hoje) procurei extrair as formulações teóricas que pudessem iluminar como a nova direita lida com velhos temas (desigualdade, injustiça, direitos, concepção de política, relação com mercado) e analisar algumas consequências e contradições feitas nessa operação. Chamou atenção a convergência entre conservadorismo e o individualismo mercadológico, marca do debate político mundialmente, ressignificando o pensamento conservador, bem como a emergência de uma nova retórica nesse debate: a supressão histórica ou a subversão factual da realidade - o uso da argumentação *fake* - como base de uma discussão que se pretende legítima por pertencer ao ambiente acadêmico (prática normalmente associada pela nova direita aos intelectuais de esquerda).

Referências

- ADORNO, T. W.; FRENKEL-BRUNSWIK, E.; LEVINSON, D.; SANFORD, N. *The Authoritarian Personality*. Universidade da Califórnia, 1950.
- AZEVEDO, R. Ainda esquerda e direita. *Veja*, 14/10/2013. <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/ainda-esquerda-e-direita-esquerdismo-e-ideologia-sim-no-mais-das-vezes-aquilo--a-que-se-chama-direita-e-so-bom-senso-aplicado/> Acessado em 05/05/2018.
- BERLANZA, L. *Guia bibliográfico da nova direita: 39 livros para compreender o fenômeno brasileiro*. São Paulo: Resistência Cultural, 2017.
- BOBBIO, N.. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1995.
- CHAIA, V.; BRUGNANO, F.. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora: Revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v.7, n.21, p. 99-129, out.2014-jan. 2015.

COUTINHO, J. P.. *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários*. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

COUTINHO, J. P.; PONDÉ, L. F.; ROSENFIELD, D.. *Por que virei à direita: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

CHALOUB, J.; PERLATTO, F.. Intelectuais da 'nova direita' brasileira: ideias, retórica e prática política. *Insight Inteligência*. Rio de Janeiro, v. 1, p. 25-42, 2016.

CRUZ, S. V; KAYSEL, A.; CODAS, G. (org.). *Direita, volver!*: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

ECO, Umberto. Folha de S. Paulo, "Caderno Mais!", 14/05/1995.

FELLETT, J.. Olavo de Carvalho, o 'parteiro' da nova direita que diz ter dado à luz flores e lacraias. BBC News Brasil. 15 dez. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38282897>. Acessado em 25/05/2018.

HIRSCHMAN, A. O. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.. *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1973.

JACOBY, R.. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Trajetória Cultural: EDUSP, 1990.

JOUVENEL, B.; HUTT, W.; HAYEK, F. V. *El capitalismo y los historiadores*. Buenos Aires: Union Editorial, 1977.

JUDENSNAIDER, E.; LIMA, L.; ORTELLADO, P.. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

LOWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015

MADEIRA, R. M.; TAROUCO, G. da S. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. *Revista Pós - Ciência Sociais*, UFMA, v. 8, nº 5, pp. 173-185, 2011.

MESSENBERG, D.. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 32, pp 621-647, 2017.

DEMIER, Felipe; HOEVELER. (Orgs.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

PONDÉ, L. F.. Samurais x Ciências Humanas. Folha de S. Paulo. 28/09/2015.

ROTHBARD, M.. *Esquerda e direita: perspectivas para a liberdade*. Rio de Janeiro: José Olympio; Instituto Liberal, 1988.

SANTOS, B. de S.. *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva, 1998.

SOWELL, T.. *Os Intelectuais e a Sociedade*. São Paulo: É Realizações, 2011.

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ; KAYSEL; CODAS (Orgs.). *Direita, volver!*. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

TEIXEIRA, J. B.; POLO, A.. A personalidade autoritária: componentes e gênese psicológica. *Arquivo Brasileiro de Psicologia Aplicada*. Rio de Janeiro, 27 (4), out/dez de 1975.

VELÉZ-RODRIGUES, R. A Tradição Conservadora Brasileira. *Revista Nabuco*, nº 3, abril, 2015.

_____. *Parâmetros doutrinários da nova direita, segundo Lucas Berlanza*. Centro de Pesquisas Estratégicas Paulino Soares de Sousa, UFJF. disponível em www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/PDNDLB.pdf. Acessado em 09/05/2018.